COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

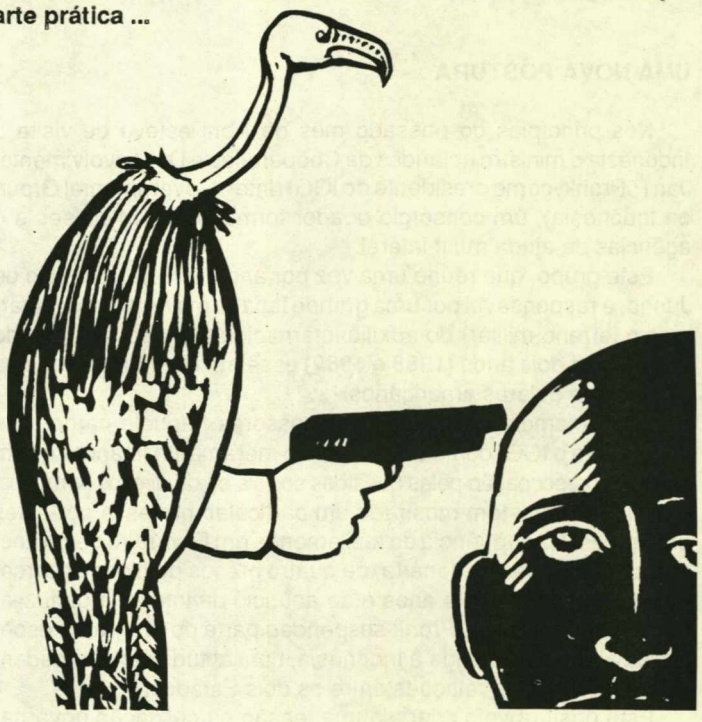
TIMOR-LESTE

PERIODICIDADE MENSAL | PREÇO AVULSO: 25$00 | ANO VI | Nº 53 JUNHO 1990

Das palavras aos actos

Com o avolumar das informações sugerindo a visita da delegação parlamentar portuguesa a Timor-Leste por alturas do fim da estação seca (fins de Setembro/princípios de Outubro), vão-se também acumulando as informações dando conta de um acréscimo das operações militares no território.

O discurso de Murdani às «élites» da administração colonial indonésia em Timor-Leste, em 3 de Fevereiro, não foi mais que uma pequena recapitulação de matéria, antes da passagem à parte prática ...



O DISCURSO DE MURDANI

Em conferência de imprensa, as organizações de solidariedade **A Paz é Possível em Timor-Leste** e **CDPM** deram a conhecer o discurso proferido pelo ministro da Defesa e Segurança, general Murdani, em Dili a 3 de Fevereiro, perante os funcionários civis e militares da administração colonial indonésia, a que não faltou o «gobernur» Carrascalão, assim como dirigentes da comunidade e autoridades religiosas.

Por detrás do tom duro, ameaçador, mas ao mesmo tempo paternalista, do discurso do ex-patrão de uma das mais sinistras polícias políticas do mundo, esconde-se o desespero e a impotência de quem se julgava poderoso, temido, imbatível e afinal verifica que é incapaz de "convencer" um pequeno povo a aceitar as suas regras de dominação.

«(...) não tentem ser heróis de última hora, batendo no peito e proclamando "sou um patriota timorense". Não existem patriotas timorenses, só há patriotas indonésios. Não existe uma nação Timor, só há uma nação indonésia. (...). Timtim [abreviatura de Timor-Leste em indonésio] **faz parte da Indonésia e o governo indonésio, seja qual for o presidente, manterá esta situação. Por isso, ninguém sonhe em criar um Estado timorense. (...). Eu já disse, se tentarem organizar o vosso próprio Estado e se esse movimento for forte será esmagado pelo ABRI** [Forças Armadas da República da Indonésia]**. O ABRI pode falhar na primeira vez mas tentará uma segunda e uma terceira. (...). Esmagá-los-emos a todos! Repito, esmagá-los-emos a todos!»**

O católico general dedicou uma boa parte da sua intervenção à "análise" das manifestações de rua da juventude de Dili, reduzindo-as a actos inconsequentes de gente sem vergonha: **«Há alguns dias, um par de semanas, um embaixador** [o norte-americano John Monjo] **veio cá e parece que algumas pessoas decidiram tirar partido disso para chamar a atenção para Timor-Leste. Não há empregos suficientes, mais isto, mais aquilo! Quero que compreendem que a falta de empregos não é exclusiva de Timor-Leste. Aqui, os que procuram emprego são finalistas do liceu. Em Java, são médicos, advogados, economistas, mas não se vão manifestar em frente a um embaixador. Ficariam muito envergonhados se o fizessem! (...). Quatro dias depois do seu regresso a Jacarta o embaixador norte-americano veio visitar-me e nem sequer mencionou a manifestação. Não estão envergonhados? Escondam a cara para não se ver a vergonha! (...). Está tudo acabado, tudo acabado! Tenham calma e não tragam isso** [a morte de pessoas] **ao de cima, de novo, não desenterrem o passado! Desembaracem-se desses sentimentos de vingança, vejam-se livres desses desejos de querer o impossível. Esqueçam! (...).».**

Quem leu a carta que os jovens entregaram, em 17 de Janeiro, ao embaixador John Monjo e de que aqui já publicámos excertos (ver **Informação Timor-Leste** nº50, Março 1990), saberá que as questões que eles colocaram ao representante da administração norte-americana foram outras, bem diferentes da "insuficiência de empregos": **«Queira, Senhor Embaixador, ser nosso intermediário junto do seu governo e do Senado da América para a nossa libertação do colonialismo javanês.».**

NESTE NÚMERO:

- **Murdani: das palavras aos actos**
- **Indonésia: a ponta do vulcão**
- **Os Direitos Humanos segundo Washington**

O problema do ministro da Defesa e Segurança de Jacarta é que já não consegue enganar, nem assustar, os timorenses. E a prova disso é que, enquanto ele vociferava aquelas ameaças, algures na sala um pacato cidadão entretinha-se, discretamente, a gravá-las.

A FACE OCULTA DA AMEAÇA

Entretanto, nos fins de Abril chegaram as primeiras notícias à Austrália dando conta do reforço do aparelho militar indonésio estacionado no território. De acordo com fontes da Fretilin em Darwin, um elevado número de batalhões do exército de ocupação, recém-chegados a Timor-Leste, apoiados por dois esquadrões de helicópteros, teriam iniciado, a meio de Março, uma nova grande ofensiva. Ainda segundo a Fretilin, a tropa indonésia teria tido durante esse mesmo mês de Março 35 mortes em resultado de confrontos com a guerrilha nos distritos de Ainaro, Baucau, Lautém, Manatuto, Same e Viqueque. Nesta ofensiva estariam igualmente a participar timorenses enquadrados pelos soldados da Indonésia. Segundo o boletim da Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste **Neon Metin** nº2, de Março de 1990, os indonésios teriam recrutado 6000 timorenses em que **«a maioria é constituída por camponeses de 40 a 50 anos de idade, que à força de armas abandonam as suas aldeias e são transportados em barcos de carga para os Centros de Instrução Militar de Denpasar (Bali) e Malang (Java Oriental) onde, durante três meses, recebem treino militar básico e doutrinamento intensivo para, no regresso, exercerem repressão e opressão sobre os seus próprios familiares lá nas suas aldeias de origem.**

«Durante os treinos do primeiro contingente de 1000 elementos, 2 camponeses, identificados como sendo de Atsabe e de Laclubar, pereceram devido a inadaptação climatérica e intensidade dos treinos, considerados demasiado incompatíveis para as suas avançadas idades.». □

Indonésia: a ponta do vulcão

Quanto mais se multiplicam os sinais de vida na sociedade indonésia, mais se multiplicam os discursos dos poderes instituídos garantindo que tudo esta calmo e «o povo é [maioritariamente] sereno».

UMA NOVA POSTURA

Nos princípios do passado mês de Abril esteve de visita à Indonésia o ministro holandês da Cooperação e Desenvolvimento, Jan P.Pronk, como presidente do IGGI (Inter-Governmental Group on Indonesia), um consórcio doador formado por 14 países e 4 agências de ajuda multi-lateral.

Este grupo, que reúne uma vez por ano em Haia, no início de Junho, é responsável por uma grande fatia (a maior, se exceptuarmos o terreno militar) do auxílio internacional à Indonésia, tendo nos últimos dois anos (1988 e 1989) esse auxílio ultrapassado os 4 biliões de dólares americanos.

Contrariamente aos seus antecessores naquele cargo, que encaravam o IGGI como um consórcio meramente financeiro sem qualquer preocupação pelas questões sociais ou de direitos humanos, o ministro Pronk tem mostrado um particular interesse por estes problemas. Na sequência do fuzilamento, em Fevereiro deste ano, pelas autoridades de Jacarta, de quatro presos políticos encarcerados há mais de vinte anos e do anúncio da intenção de fuzilar mais seis, em Março, Pronk suspendeu parte do programa especial de ajuda da Holanda à Indonésia, uma atitude sem precedentes na história das relações entre os dois Estados.

Esta postura veio criar alguma tensão na coligação governamental holandesa entre o Partido Trabalhista (o de Pronk) e o Partido Democrata Cristão (o do ministro dos Negócios Estrangeiros, Hans van den Broek), defensor de uma «posição silenciosa» face à questão da violação dos direitos humanos na sua antiga colónia.

No dia da sua partida para Jacarta, um grupo de dez exilados indonésios iniciou em Amsterdão uma greve da fome numa das praças centrais da cidade, chamando a atenção da opinião pública para a situação daqueles que aguardam, há muitos anos, nas prisões de Java a madrugada em que serão chamados a apresentarem-se perante o pelotão da morte.

OS CONTACTOS OFICIAIS

A expectativa criada na Indonésia pela visita de Jan Pronk foi enorme. Já aquando da sua deslocação em 1973, com idêntico estatuto, registaram-se vários incidentes marcados por manifestações estudantis contra a crescente dependência, por parte da Indonésia, da ajuda externa.

Desta vez, o presidente do IGGI encontrou-se com vários ministros indonésios, entre os quais o da Justiça - Maj. Gen. Ismael Saleh, responsável «oficial» pelos fuzilamentos - e o dos Negócios Estrangeiros, Ali Alatas, a quem levantou a questão das pesadas penas de prisão com que tinham sido punidos estudantes por venderem livros de um escritor «maldito» (Pramoedya Ananta Toer) ou por terem protestado contra a visita do ministro do Interior à «sua» universidade, assim como a questão das execuções dos adversários políticos.

De ambos Pronk recebeu respostas evasivas e «oficiosas», do tipo **«a justiça na Indonésia tem os seus próprios caminhos legais que há que respeitar»**.

O ministro holandês teve igualmente um encontro com parlamentares indonésios, chefiados pelo vice-presidente do DPR (Assembleia Nacional) John Naro. Segundo o número de Junho do **Tapol**, boletim de **The Indonesian Human Rights Campaign** publicado em Londres, Pronk teria ficado visivelmente irritado ao aperceber-se que a delegação parlamentar indonésia que visitara a Holanda em Fevereiro não dera conhecimento, no regresso, das discussões tidas com seus pares holandeses em que estes tinham criticado acerbamente a passividade do DPR perante os notórios actos de violação dos direitos humanos no seu país.

AS OUTRAS VOZES DA INDONÉSIA

De um outro teor foram os contactos com os representantes das ONG.

De acordo com os números de 9 e 16 de Maio último do **Indonesian News Service**, uma agência de tratamento de informação publicada na imprensa mundial sobre a Indonésia e com sede em Washington, o presidente do IGGI participou, nas instalações da **Infight** - Frente Indonésia para a Defesa dos Direitos Humanos, uma organização criada recentemente - num «Forum Popular» promovido por esta ONG e onde lhe foi entregue uma declaração de 27 páginas, escrita em inglês e com o sugestivo título **«Other Voices from Indonesia»**. **«Pedimos para que viesse aqui** - disseram-lhe os organizadores do Forum - **porque sabemos que a sua visita à Indonésia será um acto fútil sem o encontro e a fala com as pessoas que são oprimidas, com as pessoas que não só foram marginalizadas do processo de desenvolvimento como se tornaram vítimas desse processo.».** Ao longo do documento a Infight dá conta de vários casos

concretos de violação dos direitos humanos - repressão sobre os estudantes e expropriação de terras aos camponeses - assim como manifesta a sua preocupação pelos limites impostos à actividade intelectual e artística, ao modo como são controladas e preservadas as riquezas naturais do país pela burocracia estatal. **«A situação dos direitos humanos tem vindo a deteriorar-se (...). O papel dos militares na política torna a implementação dos direitos políticos do povo impossível (...). Numerosas pessoas que apresentaram os seus problemas ao DPR foram presas e intimidadas por funcionários militares (...). O número de presos políticos tem aumentado (...)».** A terminar a sua declaração escreve a Infight: **«Por interesses económicos e políticos, os países do IGGI (...) têm negligenciado as necessidades do nosso povo para existir humanamente. Ao aprovar o actual modelo de desenvolvimento da Indonésia e ao apoiá-lo com fundos, o IGGI deve ser responsabilizado pelo processo de empobrecimento que envolve milhões dos nossos compatriotas (...)».**

Também o Instituto para a Defesa dos Direitos Humanos, dirigido pelo conhecido e respeitado advogado H.J.C. Princen, entregou uma declaração ao ministro Pronk. Num tom duro e claro, o documento estabelece uma ligação directa entre a situação económica e social vivida no país e o regime imposto, assim como dos benefícios que este tira da ajuda internacional para se manter no poder. **«Ninguém deve esquecer que o actual regime da Indonésia apenas produziu a realidade de que 80% da população nas vilas e aldeias gasta 80% do seu rendimento diário na compra da alimentação essencial. (...). É este o resultado de 25 anos de desenvolvimento acelerado e de 5 planos quinquenais? Estes factos frustrantes raramente são mencionados nos relatórios do Banco Mundial, do FMI e outras organizações internacionais. Os efeitos da dívida Indonésia de 55 biliões de dólares, a serem pagos pelas gerações futuras, são normalmente esquecidos porque os grupos económicos e as multi-nacionais tiram proveito deles. A ajuda do IGGI à Indonésia é lucrativa para o governo da Indonésia pois permite-lhe manter as suas amizades com os empresários e continuar com a violação dos direitos humanos. Este tipo de ajuda torna também possível que toda a crítica à corrupção, ao nepotismo, à monopolização, seja efectivamente silenciada. Relatórios de organizações internacionais de direitos humanos, como a Amnesty International e o Asia Watch, descrevem claramente a situação real dos direitos humanos na Indonésia e deveriam ser estudados com atenção antes de novas decisões, relativamente a ajuda, serem tomadas. Estes relatórios não são menos significativos dos que o do Banco Mundial ou do FMI.».**

MANIFESTAÇÕES

Na madrugada do dia 13 de Abril, quando se preparava para deixar a cidade de Yogyakarta de regresso à capital, Pronk e a sua comitiva foram surpreendidos na estação de caminhos de ferro por um grupo de cerca de 200 jovens, activistas da organização **Forum de Comunicações dos Estudantes de Yogyakarta**, exibindo cartazes escritos em indonésio, inglês e holandês onde se podia ler: **«Parem com a ajuda do IGGI até haver democracia!»**, **«Democracia e direitos humanos são a esperança de todo o Povo!»** e **«Em Yogya, Bandung e Jacarta estudantes inocentes estão presos!»**. Atraído pelos gritos dos jovens, o ministro da Holanda saiu do comboio e entabulou um diálogo com os porta-vozes dos manifestantes, tendo-lhe estes entregue uma carta aberta.

No dia seguinte, enquanto Pronk falava com os jornalistas à saída do seu encontro com o Presidente Suharto, cerca de 30 estudantes protestavam à porta da Embaixada da Holanda em Jacarta pedindo aos doadores para serem mais rigorosos na ajuda que prestavam, a qual, segundo os manifestantes, era utilizada pelo governo para reprimir o povo. **«Your aid is ours AIDS!»** (A vossa ajuda é a nossa Sida) dizia um dos cartazes exibidos pelos jovens.

Como assinalava o já citado número do **Tapol**, «(...) **pela primeira vez, as ONGs de direitos humanos na Indonésia estão a desafiar abertamente a ajuda do IGGI** (...)».

No seu regresso a Amsterdão, um dos primeiros cuidados do ministro Pronk foi dirigir-se à praça onde se encontravam os exilados indonésios em greve da fome e transmitir-lhes a sua confiança de que as autoridades de Jacarta teriam sido sensíveis aos apelos vindos do «mundo ocidental» para suspenderam o fuzilamento dos presos políticos, o que os levou a terminar aquele acto de solidariedade. □

Os Direitos Humanos, segundo Washington

O Departamento de Estado norte-americano publica anualmente os chamados «**Country Report on Human Rights**», que explicitam a visão da Administração de Washington sobre os problemas de direitos humanos num conjunto de países do mundo. A Indonésia é um dos países regularmente listados, bem como a situação em Timor-Leste.

Do relatório de 1989, publicado recentemente e ainda inédito em Portugal, seleccionámos, sem comentários, algumas passagens da Secção 1 (Direitos Individuais), deixando para posterior análise as restantes quatro (Direitos Civis; Direitos Políticos; Atitude Governamental Face a Acusações de Violações de Direitos Humanos; Discriminação Face a Raça, Sexo, Religião, etc.).

Embora as situações expostas pequem por evidente subestimação, pois o acesso à informação é difícil e uma aferição rigorosa nem sempre é possível (a título de exemplo refira-se que as duas dúzias de civis apontados pelo relatório como assassinados em Timor-Leste serão antes várias centenas, de acordo com o tratamento de dados feito pelas organizações de solidariedade), a realidade exposta é já de si tão brutal que se pergunta como pode a Administração Bush pactuar com tal estado de coisas.

Vê-se a areia no olho do vizinho (URSS) e não se vê a tranca no seu?

INDONÉSIA

Execuções sumárias - «As vítimas duma confrontação ocorrida na província de Lampung em Fevereiro, entre membros de um grupo islâmico e os militares (...) foram oficialmente 38, a maioria civis. As origens do incidente permanecem obscuras, mas [existem] alegações persistentes dum número de vítimas mortais significativamente superior. (...) ».

«Uma autobiografia presidencial publicada em Abril explica que as "mortes misteriosas" ou execuções sumárias de milhares de suspeitos de actividades criminosas, entre 1982 e 1985, foram uma política deliberada [do Estado] para suster a criminalidade crescente. Na altura, funcionários governamentais tinham atribuído as mortes à guerra entre bandos. (...)».

Torturas - «Relatos credíveis de torturas e maus tratos infligidos a suspeitos e a presos em geral, são frequentes. A actuação policial sobre os detidos, mesmo em casos menores, resulta frequentemente em abuso físico. (...)».

« A imprensa local (...) continua a noticiar, pelo menos um incidente por mês [da prática de "atirar para parar"], em que a polícia dispara, por vezes repetidamente, para as pernas dos suspeitos. (...).».

Prisões arbitrárias - «Estas salvaguardas [do Código de Direito Criminal, contra detenções arbitrárias] são frequentemente violadas na prática, nomeadamente em casos alegadamente subversivos. (...)».

« Os detidos por casos de alegada subversão po-dem ficar presos até um ano, sem necessidade de acusação. No passado, o número de pessoas presas sem julgamento era cal-culado em cerca de 500, embora este valor não pudesse ser veri-ficado e não existam disponíveis estimativas mais recentes. (...).».

«A lei indonésia não garante o direito de revisão judicial desse tipo de acções [subversão, sabotagem, secessão ou corrupção] nem o direito de protecção ou auxílio legal aos presos. Casos deste género são raramente, se alguma vez o são, mencionados publicamente. (...).».

«A independência do aparelho judicial é significativamente restringida pelo facto de os juizes serem funcionários públicos do governo e de o Supremo Tribunal não poder anular leis aprovadas pelo Parlamento. (...).».

«A corrupção perpassa todo o sistema legal indonésio. Em casos civis e criminais, os subornos podem influenciar as decisões e as sentenças. O uso em Tribunal de confissões obtidas sob coacção e os limites à apresentação de provas pela defesa são referidas como vulgares. (...).».

«A condenação é virtualmente automática para pessoas acusadas ao abrigo da vasta legislação anti-subversiva indonésia de 1963, a qual entre outras coisas proíbe o apoio a acções separatistas ou à criação de um Estado islâmico, assim como a crítica ao Pancasila. (...).».

«O governo não fornece informações sobre o número de pessoas a cumprir sentenças ao abrigo da legislação anti-subversiva. Alguns observadores estimam um valor de, pelo menos, 400 indivíduos. (...).».

TIMOR-LESTE

«Operações militares ocorrem frequentemente em Timor-Leste e em Irian Jaya [Papua Ocidental], onde rebeldes da Fretilin e da OPM continuam actividades esporádicas de insubordinação de baixa intensidade. (...)».

«Apesar de progressos em certas áreas, incluindo maior liberdade de movimento para indonésios e estrangeiros para/em Timor-Leste

(...), importantes problemas de direitos humanos permanecem. Esses problemas incluem (...) 9 detenções periódicas de timorenses suspeitos de simpatias para com a Fretilin, execuções de civis em Timor-Leste (...).».

Execuções sumárias - «Um número estimado de duas dúzias ou mais de civis foram assassinados pelo exército em Timor-Leste, em 1989. (...).».

Desaparecimentos - «Desaparecimentos temporários de pessoas detidas para interrogatórios pelas forças de segurança, ocorrem periodicamente, particularmente em Timor-Leste e Irian Jaya. (...).».

Torturas - «Vários estudantes presos na sequência da visita do Papa a Timor-Leste em Outubro, foram presumivelmente espancados. (...).».

«O Bispo Belo e outros alegaram maus tratos e torturas realizadas por forças de segurança em Timor-Leste relativamente a pessoas detidas sob suspeita de auxiliarem ou simpatizarem com os guerrilheiros da Fretilin, acusações estas negadas pelos funcionários indonésios (...).».

Prisões arbitrárias - «As forças de segurança em Timor-Leste detiveram pessoas durante dias ou semanas em várias ocasiões por suspeita de actividades subversivas. A maioria foi libertada mais tarde, sem acusação formulada. (...).».

«Um certo número de timorenses deixou as prisões de Jacarta e Dili após cumprimento das sentenças por envolvimento com a Fretilin (...).».

Violação da privacidade - «(...) entradas [nos domicílios] forçadas ou sub-reptícias por parte de agentes de segurança parecem ocorrer regularmente, especialmente em Timor-Leste. (...).».

«A correspondência não é normalmente controlada, embora o correio para/de Timor-Leste possa ser uma excepção. (...).». □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R. Pinheiro Chagas, 77-2ºE-1000 Lisboa, Tel: 574718
Produção: João Escadinha **Impressão:** Grafis, Coop. de Artes Gráficas **Tiragem:** 1000 ex. **Assinatura anual:** 400$00
Registo DGCS nº 112094 Dep. Leg. nº 25317